

## NIOAQUE: A IDENTIDADE DE UM NOME – UM ESTUDO ENUNCIATIVO

Glauca Regina Santos Domingos

PG/UEMS

Taisir Mahmudo Karin

UNEMAT

**RESUMO:** Este estudo foi realizado no âmbito do projeto “Estudos das histórias de nomes próprios de cidades do Estado de Mato Grosso do Sul”, o projeto é desenvolvido pelo grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na área de Semântica do Acontecimento. O estudo tem por objetivo analisar o funcionamento enunciativo do nome Nioaque. Este nome designa uma das cidades do Estado Brasileiro de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, vamos considerar o processo de nomeação da cidade de Nioaque, um acontecimento fundante da urbanização desse lugar, para tanto, vamos considerar a história de enunciação da nomeação do lugar urbanizado, uma história que movimenta sentidos outros a cada processo de nomeação e renomeação a partir da fundação do distrito, considerando a sua emancipação. Nossas análises serão realizadas a partir do funcionamento enunciativo desses nomes, esse processo de nomeação e renomeação constrói um movimento semântico que passa a significar a identidade sócio histórica do próprio lugar, a sua própria identidade. Para tanto, nossas análises se darão considerando o construto teórico da Semântica do Acontecimento desenvolvida por Eduardo Guimarães (2002, 2011, 2018). Uma semântica que se fundamenta pelos estudos da enunciação, isto é, que considera que os estudos da significação deve se dar no dizer, como acontecimento de linguagem. Ou seja, este estudo procura observar o movimento semântico construído pelo processo de nomeação e renomeação do lugar. Procuraremos observar o funcionamento desse processo que constitui o nome, um processo que vai construindo, entre outras coisas, o lugar de identidade de um povo. Portanto, diríamos que passa a significar as histórias constitutivas deste povo. Nosso material de análise se constitui a partir de nomeações enunciadas do lugar oficial do Estado, são nomes constituídos e reconhecidos por leis e decretos.

**Palavras-chave:** Linguagem, Semântica, Nioaque, Nomear.

**RESUMO:** Este estudio fue realizado en el ámbito del proyecto "Estudios de las historias de nombres propios de ciudades del Estado de Mato Grosso do Sul", el proyecto es desarrollado por el grupo de investigadores de la Universidad Estadual de Mato Grosso do Sul, en el área de Semántica del Acontecimiento. El estudio tiene por objetivo analizar el funcionamiento enunciativo del nombre Nioaque. Este nombre designa una de las ciudades del Estado Brasileño de Mato Grosso do Sul. En ese sentido, vamos a considerar el proceso de nombramiento de la ciudad de Nioaque, un acontecimiento fundante de la urbanización de ese lugar, para tanto, vamos a considerar la historia de enunciación del nombramiento del lugar urbanizado, una historia que mueve los sentidos de los demás a cada proceso de nominación y cambio de nombre de la fundación del distrito, teniendo en cuenta su emancipación. Nuestros análisis se llevarán a cabo a partir del funcionamiento enunciativo de estos nombres, este proceso de nominación y renombre construye un movimiento semántico que pasa a significar la identidad sociohistórica del propio lugar, su propia identidad. Para ello, nuestros análisis se darán considerando el constructo teórico de la Semántica del Acontecimiento desarrollado por Eduardo Guimarães (2002, 2011, 2018). Una semántica que se fundamenta en los estudios de la enunciación, es decir, que considera que los estudios de la significación deben darse en el decir, como acontecimiento de lenguaje. Es decir, este estudio busca observar el movimiento semántico construido por el proceso de nombramiento y renombre del lugar. Intentaremos observar el funcionamiento de ese proceso que constituye el nombre, un proceso que va construyendo, entre otras cosas, el lugar de identidad de un pueblo. Por lo tanto, diríamos que pasa a significar las historias constitutivas de este pueblo. Nuestro material de análisis se constituye a partir de nombramientos enunciados del lugar oficial del Estado, son nombres constituidos y reconocidos por leyes y decretos.

**Palavra-clave:** Lenguaje, Semántica, Nioaque, Nombrar.

## **Introdução**

Este estudo propõe analisar enunciativamente a nomeação da cidade de Nioaque, a partir do processo em que esse nome se constituiu. Para tanto, vamos fazer uso do construto teórico da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2011, 2018), para o teórico, o sentido de um nome ou expressão se constitui no acontecimento do dizer, na enunciação, ou seja, no funcionamento da língua em um determinado espaço de enunciação considerando o falante e a história. Procuramos neste estudo, observar os sentidos constituídos no processo de nomeação e renomeação da cidade.

Inicialmente é preciso considerar que o espaço urbano quando fundado foi nomeado com o nome de Nioaque, e, quando foi elevado a distrito foi renomeado com a denominação de Levergeria, Quando o distrito passa a ser considerado cidades tem o seu nome novamente alterado, o lugar volta a ser nomeado com o nome de Nioaque.

Partindo dessa compreensão, é necessário considerar que a nomeação do município é dada dentro de um espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2017) da Língua Oficial do Estado Brasileiro, a língua portuguesa do Brasil, e por um lugar autorizado a nomear, o Estado.

Nossas análises serão desenvolvidas considerando o funcionamento semântico-enunciativo dos nomes da cidade. Dessa forma, este estudo procura analisar os nomes por um procedimento de linguagem que considera o acontecimento do dizer. Desse modo, nossas considerações analíticas levam em considerações o agenciamento enunciativos do falante, ou seja, o falante é constituído como aquele que diz a partir de um determinado lugar social de dizer.

O falante ao nomear uma cidade não o faz de acordo com sua vontade individual, mas sim por ser agenciado em Locutor, e ao ser agenciado ele diz do lugar autorizado de nomear uma cidade, ou seja, ele enunciado do lugar social de dizer do locutor legislador do Estado.

A partir destas considerações, para analisar o processo de nomeação da cidade de Nioaque tomamos como corpus, para este estudo, textos jurídicos como,

o decreto nº 506 de 1877, e o decreto nº 23 de 1890 que tratam da criação do distrito e do município de Nioaque-Ms. Além desses materiais outros textos historiográficos foram considerados, como o livro Nioaque: Evolução Política e Revolução de Mato Grosso edição de 2010, e textos disponibilizados na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Nioaque, publicados no ano de 2016, página visitada em 2021, conforme consta nas referências.

## 1. CONCEITOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O processo de nomeação neste estudo será observado do lugar da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES 2002, 2011, 2018), para a qual, a nomeação é um procedimento de linguagem, que significa de algum modo, o marco fundante das narrativas que dão existência histórica a algo no mundo. Para observarmos o funcionamento semântico-enunciativo em torno do nome de Nioaque, trazemos de início a noção de acontecimento para este estudo,

[...] algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes ou de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa sua diferença. (GUIMARÃES, 2002, p.11,12).

A temporalidade do acontecimento, conforme Guimarães (*idem*) tem seus traços definidos pelo funcionamento de linguagem que relembra e traz um passado que não é memória nem marca temporal cronológica. Esse passado é a recordação de enunciações já ditas, que têm significado no acontecimento do dizer, abrindo uma passagem para um futuro com novas enunciações abertas pela temporalidade que constitui o acontecimento. Ou seja, o acontecimento do dizer produz enunciados no presente, que permitem projetar um futuro, e têm o passado como memorável, que os faz significar.

Devemos esclarecer que não é o sujeito que marca a temporalidade, mas sim o acontecimento. O sujeito é somente esse que fala enquanto tomado por esta língua em que fala em um acontecimento específico. E esse acontecimento

específico marca sua temporalidade, essa é a sua diferença. Esta diferença no acontecimento se estrutura por haver a existência de uma língua e porque há falantes que são constituídos enquanto falantes desta língua, ou seja, só há linguagem enquanto há língua destes falantes. Certamente o falante não é uma pessoa física, é um lugar de enunciação estabelecido pelo relacionamento com a língua, no espaço de enunciação.

O Espaço de Enunciação segundo Guimarães,

São espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos dizer [...]. (*Ibidem*, p.25).

São espaços de funcionamento de línguas, que constituem o falante enquanto constituído pelas línguas neste lugar, ou seja, são espaços de constituição de línguas e falantes. As línguas do espaço de enunciação se relacionam com outras línguas, enquanto institui seus falantes.

Portanto o espaço de enunciação estabelece seus falantes e, pelo modo de distribuição das línguas, é político, sendo considerada desigual esta distribuição de línguas. Neste espaço de enunciação temos uma disputa entre as línguas e seus falantes, pois o falante só é constituído falante enquanto aquele que fala em uma língua, por exemplo, a língua portuguesa do Brasil. Este procedimento é próprio do acontecimento de enunciação, porque o falante é agenciado politicamente pela língua, dessa maneira configuramos a constituição da cena enunciativa. Conforme Guimarães,

A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” (GUIMARÃES, 2017, p. 31).

As cenas enunciativas são lugares específicos de dizer, que se constituem pela relação de alocação. Nesta configuração da cena enunciativa temos um alocutário-x relacionando-se com seu alocutor-x. Este alocutário-x significa aquele para quem o alocutor-x diz, ou seja, um (eu) alocutor que fala a um (tu) alocutário

em uma alocução específica. O alocutário é o indivíduo para quem o alocutor enuncia no espaço enunciativo. Então, devemos especificar que o alocutor é um lugar social de dizer, e o alocutário significa um lugar social a quem se diz. Assim o alocutor fala a um lugar social de dizer, que a cada acontecimento enunciativo, este alocutor é distinto, e apresenta-se de outro lugar social de dizer que ocupa, como por exemplo, alocutor-poeta ou alocutor-amoroso. A cena enunciativa promove uma divisão do Locutor e do alocutor-x, pois, Locutor é aquele que diz e o alocutor é um lugar social de dizer. Temos então os lugares sociais do dizer (os alocutores) que se colocam no centro do dizer, temos o Locutor que assume o dizer, marcando o lugar de conflito. Ou seja, o Locutor é dividido de si mesmo pois, sem esta separação não há enunciação. Guimarães define a categoria Locutor da seguinte forma:

Podemos considerar que assumir a palavra é pôr-se no lugar que enuncia, o lugar do Locutor que vou chamar de Locutor (com maiúscula), ou simplesmente L. L é então o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer (GUIMARÃES, 2017, p. 31-32).

Ao assumir a palavra o falante é constituído em Locutor. Assim sendo, o falante é agenciado em Locutor pelo funcionamento da língua no acontecimento de enunciação. Este Locutor se apresenta como aquele que diz, que fala para alguém seu Locutário, ou seja, um eu que fala a um tu na alocução, enquanto tomado pelo mesmo espaço de enunciação, assim estabelecendo uma relação com o acontecimento.

Por conseguinte, consideramos o Locutor como responsável pelo que é dito, mas também temos o alocutor-x que pertence a este lugar social de dizer, é isto, causa um conflito, com o Locutor, pois o falante não é dono da palavra, ou seja, o alocutor-presidente só enuncia enquanto instituído por este espaço enunciativo, e por ser falante da língua oficial do Estado. Por esta razão, o lugar social de dizer de um alocutor-x promove desentendimento com o dizer de outros lugares de alocutor-x, e isto, é entendido a partir da própria divisão de lugares de enunciação.

Conforme Guimarães (2017, p. 34-35), na cena enunciativa estão em funcionamento também os *lugares de dizer*, que o autor chama de enunciadores. Eles se representam sempre como se não houvessem os lugares sociais.

Desse modo, o eu do Locutor, passa a ser o eu que não sabe que fala em uma cena enunciativa, então um eu que desconhece que fala, deste lugar de dizer, trazendo um aspecto específico para isto que estamos chamando lugar de enunciação. Temos, então, o enunciador-individual, que se representa como estando acima de todos “Como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem como *independente* da história”. Outro lugar de dizer é o enunciador-genérico que se mostra como dizendo com todos os outros: como indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos, uma outra forma de se apresentar como independente da história. O enunciador-universal é um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso. Ou seja, um lugar de dizer que se apresenta como não sendo social, como estando fora da história ou melhor, acima dela”.

Desse modo, temos categorias de enunciadores que se apresentam de lugares específicos de dizer distintos, assim sendo cada enunciador reproduz enunciados de acordo com o espaço ocupado e estabelecido na história. De acordo com Guimarães (2017), o enunciador-individual é um lugar do dizer, que diz de acordo com fatos ocorridos no momento vivenciado, ou seja, o Locutor retira o dizer do seu cotidiano. Já o enunciador-genérico representa um lugar do dizer e de todos outros dizeres, como por exemplo os ditados populares como “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Sobre esta perspectiva temos um Locutor que fala e repete ditos de outras pessoas. O enunciador-universal é um lugar do dizer, em que um Locutor que fala de acordo com as normas já estabelecidas pela instituição, a qual o falante pertence e o autoriza a dizer, do lugar da verdade incontestável. A descrição da cena enunciativa será parte das nossas análises à procura de observar a constituição e o funcionamento do nome Nioaque.

## **2. UM POUCO DA HISTÓRIA DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE NIOAQUE**

A fundação de Nioaque, de acordo com Palermo (2010, p. 34), remonta ao ano de 1853 aproximadamente, quando o empreendedor barão de Antonina diligenciou estabelecer uma via de comunicação entre o Paraná e Mato Grosso, pelos rios Tibagi, Paranapanema, Paraná, Ivinhema, Brilhante, Nioaque, Miranda, Aquidauana, até o rio Paraguai. Segundo o autor (*ibidem*) “a via é toda fluvial,

menos em uma extensão de quinze a vinte léguas entre o ponto chamado Sete Voltas e o rio Nioaque, onde as cargas deveriam ser transportadas por terra”. Tendo determinado, os agentes do barão, as extremidades dessa linha terrestre, o governo ordenou que se colocasse um destacamento de vinte cinco praças em cada uma, dando-se a esses pontos os nomes de São João de Antonina<sup>1</sup> e São José de Monte Alegre. Esses nomes caíram em desuso e foi abandonada essa via fluvial interior, pela franquia da navegação do Paraguai e pela morte repentina do comandante do distrito de Miranda, major João José Gomes, o qual estava incumbido de dar andamento a esses trabalhos.

O major João José Gomes era dono da fazenda Forquilha, a foz do rio Nioaque no Miranda, onde se estabeleceu por volta de 1843. O sertanista Joaquim Francisco Lopes, no relatório que fez da abertura de uma picada do sertão dos Garcias (Paranaíba hoje) até Miranda, 1836, registrou que João José Gomes era, naquele ano, comandante do presídio de Miranda. (PALERMO, 2010, p. 35).

Após o falecimento do comandante Gomes, as condições de Mato Grosso naquele tempo, e devido às dificuldades de substituir o comandante do distrito de Miranda para dar continuidade às atividades ali desenvolvidas, em 1854 o distrito de Miranda passou a ser dirigido pela presidência do Paraná. E essa situação contribuiu para que no período de dois anos, viessem do Paraná várias comissões, algumas particulares outras da parte do governo, conduzindo as pessoas e trazendo os suprimentos de guerra, na companhia do comandante do 2º Batalhão de Artilharia, que chegou em Nioaque a pé por volta do ano de 1856. (PALERMO, 2010, p. 35). Segundo o autor, era um lugar de campos imensos, repletos de uma natureza exuberante de clima excelente. Algumas pessoas, que ali se estabeleceram, chamaram-no de Nioaque, dando início ao povoado. (PALERMO, 2010, p. 35).

O governo do Paraná em 1859 resolveu que fossem transferidos, de Miranda para Nioaque, todo o corpo de cavalaria e também a sede do distrito. Esta mudança foi o que contribuiu para levantar o conceito daquele espaço quase

---

<sup>1</sup> São João de Antonina localizava-se a margem do rio Nioaque; São José de Monte Alegre, no rio Brilhante (PALERMO, 2010, p.35).

desconhecido e desde então o povoado está em constante crescimento (PALERMO, 2010, p. 36).

No início da guerra contra o Paraguai, nos primeiros dias do ano de 1865, a cidade Nioaque foi invadida e destruída pelos paraguaios que a conquistaram com uso da força de sua tropa até saírem em agosto do próximo ano. Conforme Palermo, a tropa paraguaia, comandada pelo coronel Resquin, invadiu Nioaque nos primeiros dias de 1865 e estabeleceu a capital do recém-criado Departamento do Alto Paraguai (2010, p. 36). De acordo com o autor, em junho de 1867, os soldados paraguaios retornaram a Nioaque, com o propósito de invadir a fronteira do Apa<sup>2</sup>, causando a destruição de Nioaque. Em dezembro de 1872, um novo recomeço inicia-se para Nioaque, tendo sido instalado novamente o comando do distrito e o destacamento da guarnição de fronteira.

Segundo Palermo (2010, p. 18), em 1860 já existia a povoação de Nioaque, pequena, movimentada pelo corpo de Cavalaria, há pouco transferido de Miranda para aquele lugar, que era estratégico em relação à fronteira. Naquele momento, quando invadiram Mato Grosso de então, as tropas paraguaias haviam incendiado duas vezes o povoado entre 1865 e 1867. Finalizada a guerra, iniciado o repovoamento da região, o lugar começou a progredir, tanto que foi elevado a Distrito (Vila), em 1877, com a denominação de Levergeria, em homenagem a Leverger<sup>3</sup>, e em 1890 foi criado o município, tendo o nome de Levergeria, trocado por Nioaque<sup>4</sup>, dois anos depois.

## 2.1 A criação do distrito com a denominação de Levergeria

Entre suas narrativas Palermo apresenta o seguinte documento que decreta a criação do distrito com a denominação de Levergeria:

“Decreto n. 506, em que o general Hermes Ernesto da Fonseca, presidente da província de Mato Grosso, faço

---

<sup>2</sup>Por cabeceiras do rio Apa entende-se também o rio Estrela, que faz divisa entre o Brasil e a República do Paraguai.

<sup>3</sup>Augusto Leverger (1804-1880), barão de Melgaço, era francês naturalizado brasileiro; chegou a almirante; radicou-se em Cuiabá, onde faleceu. A povoação de Nioaque, hoje Leverger, em atenção aos serviços de exploração do lugar realizado pelo general Leverger, ao estado de Mato Grosso.

<sup>4</sup>Nioaque é uma palavra indígena que quer dizer clavícula quebrada, explicação etimológica que nos dão geralmente (PALERMO, 2010, p.33).



saber a todos os habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sanciono a Lei da criação de distrito no ano de 1877,

Decreta:

Art.1º- A criação de distrito com a denominação de Levergeria e sob a invocação de Santa Rita a povoação de Nioaque.

Art.2º- seus limites serão: partindo da confluência dos rios Miranda e Nioaque uma reta ao Morro Azul na margem esquerda do rio Aquidauana; deste ponto Aquidauana acima, pela margem esquerda até a sua mais alta origem no lugar denominado Pontinha- no caminho para Camapuã; da Pontinha uma reta às cabeceiras do rio Sanguessuga e por este abaixo, margem direita até sua foz no rio Paraná; por este abaixo, margem direita até os limites do Império com a República do Paraguai; deste ponto os mesmos limites até o marco assentado nas cabeceiras do rio Miranda e por este abaixo, margem direita até a sua junção com o rio Nioaque.

Art.3º- Este distrito fará parte do município de Miranda.

Art.4º- Ficam revogadas as disposições em contrário"

No movimento de fundação de Levergeria podemos ver a relação entre o Estado e a Instituição Militar. Com as novas instalações do quartel militar na cidade de Nioaque, o que contribui para um novo recomeço para o lugar, como um distrito. Podemos dizer que, no decreto que criou o distrito de Levergeria há um Locutor que diz do lugar social de dizer, enquanto alocutor, como alocutor-presidente da província.

Podemos observar que o alocutor ao enunciar o decreto que cria o distrito, o alocutor-presidente da província diz para seus alocutários-cidadãos do distrito de Levergéria em uma cena enunciativa particular, que marca sua própria temporalidade no acontecimento.

Esses falantes dizem em um determinado espaço, que os autoriza a dizer, espaços estes que são específicos do dizer, e não de indivíduos donos do seu dizer, mas lugares constituídos no funcionamento da língua, que são estabelecidos como lugares de enunciação. É possível observar que nesta cena enunciativa há um enunciador-universal. Ou seja, um lugar de dizer que se apresenta como não sendo social, como estando fora da história ou melhor, acima dela. O enunciador-universal é um lugar do dizer, como no caso do Presidente da província, ele é um Locutor que fala de acordo com as normas já estabelecidas pela constituição do país, a qual o

falante pertence e o autoriza a dizer os decretos e leis.

Neste espaço o Presidente da Província de Mato Grosso, desempenha essa função por ter sido outorgado pelo Estado, por força de lei, determinou a criação do distrito de Levergeria. Portanto, o Locutor do acontecimento do dizer, há um enunciador-universal que diz de um lugar incontestável, que é um lugar de dizer de Presidente, assim sendo, este Locutor apresenta-se como parte da história, e é subordinado ao regime representado por meio do executivo/administrativo do Brasil, do lugar e do modo de dizer autorizados pelo Estado a sancionar a Lei. Analisar o processo de criação do distrito é interagir com as narrativas históricas, documentos e narrativas que envolvem inúmeros sujeitos do dizer e, conseqüentemente, sujeitos que participam de um ou diversos lugares. É preciso considerar também que o Nome Levergeria, rememora o Comandante Augusto Leverger.

Conforme Dalmolin (2016), Leverger nesse período, governava a Província de Mato Grosso, o Comandante, governou Mato Grosso por cinco vezes, consagrando-se como um dos mais importantes administradores no regime imperial. Assim, esse nome constitui-se como homenagem ao comandante Augusto Leverger. O comandante é considerado importante para Nioaque, por ter prestado serviços de exploração do local, que colaborou para novo recomeço da cidade, e na criação do distrito de Mato Grosso.

### **3. A CONSTITUIÇÃO DE MUNICÍPIO DE LEVERGERIA**

O Decreto 23, de 20 de setembro de 1889, constitui o acontecimento enunciativo que afirma a criação do município de Levergeria, e traz o seguinte texto:

“Decreto n.23 o general-de-divisão Antônio Maria Coelho, governador do Estado de Mato Grosso por aclamação do povo e nomeação do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, usando da Atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do decreto n.7, de 20 de setembro de 1889, Decreta:

Art.1º- A criação de município, constituindo termo unido à comarca de Miranda fica reconhecido como município de Levergeria.

Art.2.º- Ficam alterados os limites do distrito que marcou o

Decreto n. 506, de 1877, para os seguintes: uma reta que, partindo da confluência dos rios Miranda e Nioaque, vai ter ao morro Azul, à margem esquerda do Aquidauana; margem esquerda deste até a sua mais alta origem no lugar denominado Pontinha-na estrada de Camapuã-e da Pontinha outra reta que vai ter às cabeceiras do rio Sanguessuga e pela margem direita até sua foz no rio Paraná e pela margem direita do Paraná até o Iguatemi, seguindo-se a linha da fronteira até o marco das cabeceiras do rio Apa<sup>3</sup>; margem esquerda deste até o rio Pedra de Cal e por este acima até suas cabeceiras e daí à do ribeirão Prata até sua confluência no rio Miranda e margem direita deste até a foz do Nioaque. Art.3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 18 de julho de 1890.”

No presente texto temos a criação do município de Levergeria; que traz a seguinte reformulação do texto dado anteriormente como distrito, em alteração passa a ser considerado município. Neste acontecimento enunciativo temos o Locutor que assume o dizer, que diz o decreto que cria município, de um lugar social de dizer autorizado a dizer sobre a criação do município, o alocutor-governador do Estado de Mato Grosso.

Portanto, o falante ao ser agenciado a dizer, o faz enquanto Locutor que diz, deste lugar social de dizer que representa o alocutor-governador do Estado. De acordo com o texto temos um governador que se inscreve no lugar de dizer do enunciador-universal, sob a perspectiva político executivo/administrativo do Estado do Brasil Republicano. Neste espaço legalizado pelo Estado foi designado governador do Estado de Mato Grosso, que por meio da lei, ordenou a criação do município. Em outras palavras, o falante ao assumir a palavra, é constituído por este lugar do dizer, tornando-se ele obrigado a dizer, que estabelece uma relação com a história pois está incluído nela, segundo o lugar social e político que o qualifica como falante.

Deste ponto de vista analisamos que o acontecimento enunciativo não se estabelece pela intenção do indivíduo, mas o sentido é produzido pelo modo de agenciamento no acontecimento de linguagem. Nessa perspectiva entendemos que não é permitido que se crie decretos ou leis, a partir de outras línguas, como, por exemplo, as línguas indígenas, que devem ser excluídas, pois não eram

reconhecidas pelo Estado.

#### 4. A RENOMEAÇÃO DE LEVERGERIA PARA NIOAQUE

Diante das análises desenvolvidas temos a seguinte mudança no acontecimento enunciativo que altera a nomeação do município de Levergeria para Nioaque. De acordo com a narrativa do historiador Dalmolin:

No ano de 1892, através da Lei Estadual n.º 13, o Doutor Manoel José Murtinho, Presidente do Estado de Mato Grosso, devolve a denominação primitiva à cidade de Nioaque: de Levergeria para Nioaque.

“Artigo único - O distrito de Levergeria e a Freguesia de S. José de Herculânea, neste Estado, passarão de ora em diante a ter as mesmas denominações originais de distrito de Nioaque e Freguesia do Coxim, revogando as disposições em contrário... Cuiabá 26 de outubro de 1892”

Extensão do Município de Nioaque, Decreto n.º 23 de 18 de Julho de 1890. A extensão do Município de Nioaque no ato da sua criação, possuía uma extensão territorial não inferior a 200.000 Km<sup>2</sup>. Para que se possa ter uma visão mais concreta, o mapa do atual Estado de Mato Grosso do Sul, com os seus 78 Municípios, onde se pode demonstrar a abrangência administrativa do Município durante o século XIX. Esta dimensão lhe foi conferida através do Decreto n.º 23 de 18 de Julho de 1890.

No texto analisado temos o seguinte enunciado da lei estadual, criada pelo Doutor Manoel José Murtinho, que nos faz conhecer o outro nome do município de Levergeria nome que pertence à língua indígena. De acordo com o texto de Murtinho, percebe-se uma diferença, a cidade é, no dizer do alocutor-presidente, renomeação de cidade de Nioaque, do lugar de um enunciador universal que significa de um lugar de dizer que diz o nome oficial, para todos, e é tido como verdadeiro.

Segundo Palermo, era um lugar de campos imensos, repletos de uma natureza exuberante de clima excelente. Algumas pessoas, que ali se estabeleceram, chamaram-no de Nioaque, dando início ao povoado, Nioaque é uma palavra indígena que quer dizer clavícula quebrada, explicação etimológica (PALERMO,

2010, p. 33-35).

Em conformidade com o historiador Dalmolin (2016), a palavra Nioaque pertence a língua indígena que deriva das palavras escritas: Anhuac, Anhoac, Aniuac, que significa na concepção das terminologias científicas: “Clavícula Quebrada” inicialmente essa nomeação foi dada ao rio, do qual proporcionou o nome do Município de Nioaque<sup>5</sup>.

Conforme Dalmolin (idem), o significado da nomeação de Nioaque de acordo com a tribo indígena,

ANHUAC – “tirou da tribo Tapuia<sup>6</sup> esta bela denominação de formoso local, é corruptela do nome dado pelos Guaicurus, aliás mencionado nos antigos mapas portugueses, quando em exploração destes sertões, Anhuac, que quer dizer Clavícula Quebrada”. De acordo com a lenda, o que motivou a nomeação do rio e que resultou no nome do município, foi o acidente ocorrido com filho do cacique dessa mesma etnia, que fraturou a clavícula às margens do rio (DALMOLIN,2016).

No entanto, o nome Nioaque, tal como apresentado no texto, mostra-se relacionado a um alocutor-indígena que diz do lugar de dizer enquanto enunciador-genérico, que nomeou o lugar de Nioaque, portanto tem-se dizeres de outras vozes que enunciam desse lugar social do dizer antes negado na história. Por esta razão esse lugar social da fala, antes excluído na/pela história, por não ser reconhecido como Língua Oficial do Estado, ou seja, língua essa que dá o direito de nomear algo no mundo.

No contexto histórico que marca o uso da língua indígena dos Guaicurus na renomeação de cidade, esta língua passa a ser reconhecida e incorporada à língua portuguesa. Temos, desse modo, que considerar o acontecimento que constitui a renomeação de Nioaque ao lugar, temos também aí funcionando as disputas de línguas e seus falantes que são próprios dos espaços de enunciação. Neste espaço de enunciações as línguas relacionam-se com outras línguas e seus falantes, permitindo que se nomeie e renomeie em uma determinada Língua Brasileira, contribuindo para afirmação de pertencimento que é a prática exclusiva de

---

<sup>5</sup>A data de fundação de Nioaque refere-se ao dia 8 de Abril de 1849(DALMOLIN,2016).

<sup>6</sup>Tapuia é o nome que se deu às línguas dos índios que não falavam oTupi (FERREIRA,2008,p.161).

linguagem. Portanto no funcionamento do espaço de enunciação, as relações entre a língua oficial com os falantes indígenas, e da língua indígena com os falantes brasileiros são respectivamente distintas. Ou seja, as línguas indígenas e falantes são excluídos pela língua oficial dominante do país. Conseqüentemente, neste contexto histórico o direito de nomear é negado ao alocutor-indígena, mesmo assim, este alocutor-indígena fala e nomeia através de outro alocutor-presidente, firmando seu lugar de pertencimento na história. O acontecimento enunciativo estabelece a seguinte reformulação de renomeação de cidade de Levergeria para Nioaque, os dizeres, que estão em concordância com a lei, produzem sentidos que renomeiam o município. Nesse sentido o alocutor-presidente, ao enunciar, é tomado por dizeres já ditos, isto é, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Só é permitido enunciar enquanto ser afetado pelo simbólico, pela “língua”, e num mundo que é criado através do simbólico. Logo partindo desse entendimento, o alocutor-presidente, na cena enunciativa, só pode falar enquanto predicado por um lugar social de dizer.

No agenciamento de enunciação da Lei Estadual nº13/1892, sancionada pelo Presidente do Estado de Mato Grosso, recorta como memorável um passado que marca o lugar do indígena e o funcionamento da sua língua nesse espaço de enunciação atualmente habitado por não indígenas. Portanto, quando o Locutor diz “Fica denominado com o nome original à cidade de Nioaque”, ele enuncia do lugar político-administrativo que o autoriza a dizer, determinado por um conjunto de enunciações já ditas, como citado na criação do Distrito de Levergeria, que proporcionou um futuro, ou seja, a possibilidade de novas enunciações. Essas enunciações carregam sentidos de outros acontecimentos já vivenciados, pois tem seu passado significando um memorável, um presente em andamento possibilitando significar um futuro, desse modo, temos novos acontecimentos que são sempre únicos, e que marcam sua temporalidade própria.

### Considerações Finais

As análises dessa pesquisa foram desenvolvidas a partir da historicidade do nome, pois não tomamos a nomeação e a renomeação como simples referência a momentos históricos, mas como a denominação que foram enunciados no acontecimento de linguagem, primeiro como São João de Antonina a partir dessa nomeação inicia-se a fundação da cidade, depois temos a constituição do Distrito de Levergeria e por fim, Nioaque, formando uma rede de sentidos para a cidade e para os seus moradores.

Segundo Karim, enfim, as análises enunciativas de nomeação nos possibilitam uma “compreensão singular do modo de observar a construção da significação sócio-histórica da História, ou melhor, das Histórias de um povo, um estado, uma cidade” (KARIM,2012; p.184).

Assim o acontecimento de linguagem que nomeia o lugar com o nome de Nioaque, passa a dar existência ao que até então não significava, não existia, esse acontecimento de linguagem faz com que o lugar signifique pelo simbólico a cidade, constituída enquanto espaço de convívio e de práticas sócio-urbanas dos indivíduos ali instalados, ou seja, têm-se nesse espaço funcionando também a identidade de uma comunidade que a constitui enquanto cidade, é nesse conjunto de identidades produzimos histórias que passam dar significado à cidade e as pessoas.

Neste lugar onde temos questões de natureza histórica e política que se relacionam, tratamos de cenas enunciativas que têm a figura do homem colonizador, isto é, como aquele que influencia uma prática no processo de aquisição de terras, na formação de uma colônia e na maneira de designar lugares. Lugares estes que não pertencem as pessoas donas do seu dizer, mas estes espaços se constituem no acontecimento de linguagem, e dessa perspectiva que a língua funciona e estabelece sua temporalidade na história.

No acontecimento do dizer produz enunciados no presente, que permitem projetar um futuro, e têm o passado como memorável, que o faz significar. O acontecimento do dizer é o principal protagonista, é a partir do acontecimento enunciativo que o mundo passa a significar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**FERREIRA**, João Carlos Vicente; Pe. José de Moura e Silva. **Cidades de Mato Grosso: Origem e Significados de Seus Nomes**. 20 Ed. Cuiabá, J. C. V. Ferreira. 2008.

**GUIMARÃES**, Eduardo. **Semântica do Acontecimento: Um Estudo Enunciativo da Designação**. 4. ed. Campinas-SP. Pontes Editores, 2017.

**GUIMARÃES**, Eduardo. **Semântica: Enunciação e Sentido**. Campinas-SP. Pontes Editores, 2018.

**HAYASHIDA**, Sandra R. A. Cabral; **OLIVEIRA**, Nathaline Amorim. **Santo Antonio de Leveger: da Fundação à Constituição do Nome de Cidade**. 2. ed., Campinas-SP. Pontes Editores, 2018.

**PALERMO**, Miguel Ângelo. **Evolução Política e Revolução de Mato Grosso**. 3. ed., Campo Grande-MS. IHGMS, 2010.

**KARIM**, Taisir Mahmudo. **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras**. 2. ed., Campinas-SP. Pontes Editores, 2018.

<https://nioaqueonline.com.br/nioaque/>

### Para citação:

DOMINGOS, Glauca Regina Santos E karin, Taisir Mahmudo. Nioaque: A Identidade De Um Nome – Um Estudo Enunciativo. In: Web-Revista Discursividade, Estudos Linguísticos, Volume 26, ISSN 1983-6740, Fevereiro/2024. Pp:140-155  
Consultar no Portal de periódicos científicos da Editora e Livraria Pantanal, <http://ojs.pantanaleditoraeditoria.com.br>